



APLICAÇÕES DE TÉCNICAS AVANÇADAS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

ORGANIZAÇÃO

Ernesto Friedrich de Lima Amaral

Guilherme Quaresma Gonçalves

Samantha Haussmann Rodarte Faustino

FINO TRACO



trabalh^{coleção}&desigualdade

*Aplicações de técnicas avançadas
de avaliação de políticas públicas*

ORGANIZAÇÃO

Ernesto Friedrich de Lima Amaral

Guilherme Quaresma Gonçalves

Samantha Haussmann Rodarte Faustino

FINO TRACO



EDITORIA

Todos os direitos reservados à Fino Traço Editora Ltda.

© Ernesto Friedrich de Lima Amaral, Guilherme Quaresma Gonçalves,
Samantha Haussmann Rodarte Faustino

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido
por qualquer meio sem a autorização da editora.

As ideias contidas neste livro são de responsabilidade de seus organizadores e autores
e não expressam necessariamente a posição da editora.

CIP-Brasil. Catalogação na Publicação | Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

A652

Aplicações de técnicas avançadas de avaliação de políticas públicas [recurso eletrônico] / organização Ernesto Friedrich de Lima Amaral, Guilherme Quaresma Gonçalves, Samantha Haussmann Rodarte Faustino. - 1. ed. - Belo Horizonte, MG : Fino Traço, 2014.

Recurso digital : il. (Trabalho & desigualdade ; 17)

Formato: Epdf

Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-85-8054-215-8

1. Política pública. 2. Política pública - Brasil. 3. Livros eletrônicos. I. Amaral, Ernesto Friedrich De Lima. II. Gonçalves, Guilherme Quaresma. III. Faustino, Samantha Haussmann Rodarte. IV. Série.

14-16703

CDD: 320.9

CDU: 32

CONSELHO EDITORIAL COLEÇÃO TRABALHO E DESIGUALDADE

Celi Scalon | UFRJ

Jorge Alexandre Neves | UFMG

Magda Neves | PUC-MG

Nelson do Valle Silva | IUPERJ

Sergei Soares | IPEA

Tom Dwyer | UNICAMP

FINO TRAÇO EDITORA LTDA.

Av. do Contorno, 9317 A | 2º andar | Barro Preto | CEP 30110-063
Belo Horizonte. MG. Brasil | Telefax: (31) 3212 9444
finotracoeditora.com.br

- 1 *Utilização de metodologias de avaliação de políticas públicas no Brasil* | Iara Lima Vianna, Ernesto Friedrich de Lima Amaral 15
- 2 *Avaliação das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família: uma análise com o Censo Demográfico do Brasil de 2010* | Ernesto Friedrich de Lima Amaral, Guilherme Quaresma Gonçalves 39
- 3 *Políticas de transferências condicionadas de renda e a taxa de distorção idade/série: uma análise do Censo Escolar, 1995, 2002 e 2012* | Samantha Haussmann Rodarte Faustino, Fábio César Araújo Costa 73
- 4 *Estudo sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a formação de professores da educação básica, 2003, 2005 e 2011* | Dandara Bispo Pimenta, Ernesto Friedrich de Lima Amaral 113
- 5 *A política pública do bônus sociorracial na UFMG: avaliação do acesso pelo vestibular, 2008, 2009 e 2010* | Alan Vítor Coelho Neves, Ernesto Friedrich de Lima Amaral, André Braz Golgher 153
- 6 *Ensino profissionalizante como política de aproveitamento do dividendo demográfico: Minas Gerais, 2011* | Bárbara Avelar Gontijo, Ernesto Friedrich de Lima Amaral 197
- 7 *Vulnerabilidade no espaço urbano: análise da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2000* | Natália Almeida Fares Menhem, Ernesto Friedrich de Lima Amaral 237
- 8 *Avaliação de políticas habitacionais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2010* | Ernesto Friedrich de Lima Amaral, Magna Maria Inácio, Fabrícia de Almeida Costa 283

- 9 *Análise de pacientes com condições crônicas e a ocorrência de internações hospitalares no Brasil e Minas Gerais, 1998, 2003, 2008 e 2011* | Pedro Cisalpino Pinheiro 317
- 10 *Correlação entre o recebimento de auxílios e o rendimento de trabalhadores no Brasil, 2001–2011* | Samantha Hausmann Rodarte Faustino, Guilherme Andrade Silveira, Isabella Rafael Horta Londe 359
- 11 *Posição relativa do rendimento do trabalho do pequeno produtor familiar (1976–2005): algo mudou com o Pronaf?* | Jorge Alexandre Barbosa Neves, Florence Fiuza de Carvalho, Daniete Fernandes Rocha 405
- 12 *O impacto do Parlamento Jovem sobre a confiança dos jovens mineiros, 2008* | Guilherme Quaresma Gonçalves, Gabriel Ávila Casalecchi, Mario Fuks 433
- Sobre os organizadores e autores* 463

Prefácio

A avaliação de impactos de políticas públicas não é uma atividade trivial. Precisamos utilizar técnicas apropriadas para buscar uma análise que permita a verificação dos efeitos de políticas sociais. O problema fundamental da avaliação de impacto é que a unidade de observação (indivíduo, domicílio, município ou país, por exemplo) não é observada simultaneamente em dois estados. Uma mesma unidade não pode fazer parte do grupo de tratamento e controle ao mesmo tempo (o verdadeiro contrafactual não existe). Precisamos, então, buscar unidades para os dois grupos que sejam o mais semelhantes entre si. Porém, as unidades que fazem parte do grupo de tratamento podem ter passado por algum processo seletivo ou autosseleção. Esta seleção diminui a semelhança entre o grupo de tratamento (beneficiários) e o grupo de controle (não beneficiários).

Quanto aos modelos para avaliação de impactos, os métodos de estimação de impacto dependem do desenho da avaliação. Em desenhos experimentais, há uma atribuição aleatória da oportunidade de participar em programas sociais. Nesse caso, há a seleção aleatória de regiões e indivíduos beneficiários da política e daqueles que serão o controle. A única diferença entre grupos de tratamento e controle é o ingresso no programa. Há uma avaliação sistemática e uma mensuração dos resultados em distintos momentos da implementação do programa. Se a seleção é aleatória, pode-se dispensar a avaliação anterior à política para ambos os grupos. Por sua vez, em desenhos quase-experimentais, o controle é construído com base na propensão do indivíduo de ingressar no programa. Busca-se obter o grupo de comparação que corresponda ao grupo de beneficiários, com base em certas características (sociais, demográficas, econômicas...). Há então a estimação da probabilidade de um indivíduo de participar do programa.

O grupo de controle é emparelhado ao grupo de tratamento, buscando comparar grupos em que a única diferença seja o recebimento da política. Isso pode ser realizado com modelos de regressão multivariadas ou com técnicas de escore de propensão, por exemplo. Os efeitos são estimados ao comparar grupos de tratamento e controle, antes e depois do programa. Por fim, em desenhos não experimentais, há ausência de grupo de controle e/ou de análises temporais, o que torna mais difícil isolar causas que geram impactos na variável de interesse. Pode ser realizada análise reflexiva para estimar efeitos dos programas com a comparação de resultados obtidos pelos beneficiários antes e depois do programa. É possível ainda utilizar dados secundários para construir grupos de controle que possam ser comparados aos dados primários de grupos de tratamento.

Nesse caso, é preciso esclarecer que o “pseudogrupo de controle” pode não se referir às mesmas unidades geográficas do grupo de tratamento, já que dados secundários geralmente são adquiridos de agregações geográficas maiores.

Em geral, assim como em outras atividades das Ciências Humanas, não possuímos experimentos controlados. Por isso, precisamos deixar claras as limitações de nossas análises. Muitos estudos que visam realizar avaliação de impactos de políticas usam métodos inapropriados para inferir sobre a causalidade entre dois eventos. Há confusão entre o que é uma associação (correlação) entre variáveis e o que pode ser inferido como uma relação causal. É claro que análises descritivas apresentadas na forma de correlações entre variáveis possuem o seu valor. Porém, há um risco de realizar análises, mesmo que por meio de regressões ou outros métodos estatísticos, sem explicar os limites das análises, quanto à estimação e interpretação de causalidades. Os pesquisadores, muitas vezes, examinam suas regressões pensando na causalidade entre eventos, sem especular sobre os mecanismos e problemas implícitos nesta análise, tais como: relações espúrias, efeitos de variáveis não observadas ou omitidas, problemas de causalidade reversa, problemas de autosseleção, valores extremos (“outliers”), valores em branco (“missing”) e amostras não probabilísticas.

Sabemos que é difícil possuir dados que permitam estimar modelos que levem em consideração diferentes direções de impactos diretos e indiretos entre as variáveis (modelos de equações estruturais). Também não é comum possuir dados que permitam mensurar diferentes níveis de impactos das variáveis (individuais, domiciliares, escolares e municipais, por exemplo), o que possibilitaria a estimação de modelos hierárquicos. Apesar dessas limitações, muito pode ser realizado com diferentes técnicas estatísticas na avaliação de efeitos e impactos de políticas públicas, mesmo com modelos de análises quase-experimentais e não experimentais.

Este livro busca apresentar os resultados de trabalhos ligados à aplicação de diferentes técnicas quantitativas na avaliação de políticas públicas. O intuito é de que estas análises possam ser utilizadas didaticamente em cursos de graduação e pós-graduação no Brasil que tenham o intuito de apresentar exemplos de análises empíricas a alunos de cursos em Ciências Sociais Aplicadas. A especificidade das análises aqui realizadas é que são acessíveis a um público menos preocupado em formulações matemáticas e mais interessado em entender aplicações estatísticas a problemas do mundo social.

Os capítulos deste livro são provenientes de pesquisas realizadas durante atividades de ensino e orientação no Departamento de Ciência Política (DCP) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), de 29 de junho de 2009 a 1º de agosto de 2014. Na graduação em Gestão Pública, ministrei os cursos de Metodologia (2010/1, 2010/2, 2011/1, 2012/1 e 2014/1), Avaliação de Políticas Públicas (2011/1, 2011/2, 2012/1, 2012/2, 2013/1, 2013/2 e 2014/1) e Técnicas Avançadas de Avaliação de Políticas Públicas (2013/1). Na graduação em Ciências Sociais, ministrei o curso de Métodos Quantitativos de Avaliação de Políticas Públicas (2010/1). Na pós-graduação em Ciência Política, ministrei a disciplina de Metodologia de Pesquisa (2010/2, 2011/2, 2012/2 e 2013/2) e Problema de Desenho e Análise Empírica (2010/2). No Curso Intensivo de Metodologia Quantitativa em Ciências Humanas, ministrei a disciplina de Análise de Regressão Linear (2011, 2012 e 2013). De 2010 a 2013, também tive a oportunidade de orientar graduandos em Gestão Pública e Ciências Sociais, além de mestrandos em Ciência Política.

Os dez primeiros capítulos do livro são originários de orientações que realizei no departamento. Os dois capítulos finais são provenientes de meus ex-alunos e de colegas da faculdade. Todos os capítulos foram padronizados de forma que tivessem entre 9.000 e 11.000 palavras. Além disso, os estudos apresentam as seções de resumo, palavras-chave, introdução, contextualização, estratégia de pesquisa, resultados, considerações finais e referências bibliográficas. Com isto, buscou-se fazer com que o livro tivesse uma leitura dinâmica, além de se assemelhar com o formato de revistas científicas da área de Ciências Sociais Aplicadas.

O primeiro capítulo é fruto da monografia de graduação em Ciências Sociais de Iara Lima Vianna de 2010 e faz uma discussão bibliográfica da utilização de metodologias de avaliação de políticas públicas no Brasil. Há a ênfase de que estudos de avaliação de políticas públicas são raros no país, sendo necessário aumentar análises com técnicas quantitativas, com avaliação participativa e com preocupações de sustentabilidade.

O segundo capítulo faz uma avaliação de impacto do Programa Bolsa Família (PBF) na frequência escolar de crianças entre 7 e 14 anos com base no Censo Demográfico de 2010. Esse estudo busca averiguar se as condicionalidades de educação deste programa estão surtindo efeito entre os beneficiários. A análise foi realizada em coautoria com meu orientando de mestrado em Ciência Política, Guilherme Quaresma Gonçalves. Foram estimados modelos logísticos com a opção de conglomerados (“cluster”).

O terceiro capítulo apresenta uma análise da redução da taxa de distorção idade/série no país, com base em dados do Censo Escolar. Modelos de mínimos quadrados ordinários foram estimados com a opção de efeitos fixos. O intuito é de apurar se tal redução coincidiu com o período de implementação de políticas de transferência de renda condicionadas à educação. Este trabalho é a base da monografia de graduação em Gestão Pública de Samantha Haussmann Rodarte Faustino de 2013 e foi realizado com auxílio de outro aluno do mesmo curso, Fábio César Araújo Costa.

O estudo de Dandara Bispo Pimenta também foi realizado para servir de monografia do curso de Gestão Pública em 2013. Este quarto capítulo investiga com modelos logísticos se professores da educação básica do país

passaram a ter mais chances de possuir ensino superior completo, após a implementação de cursos a distância e semipresenciais, como é o caso do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

O estudo sobre a política pública do bônus sociorracial, implementado por alguns anos no concurso vestibular da UFMG, serviu de base para a monografia de Ciências Sociais de Alan Vítor Coelho Neves de 2011. Este quinto capítulo averigua quais características dos estudantes estão associadas ao recebimento desta política, com a estimação de modelos logísticos multinomiais. Também é analisado o impacto desta política na nota dos alunos no vestibular com modelos de mínimos quadrados ordinários. O professor André Braz Golgher do Departamento de Ciências Econômicas fez parte da banca de defesa desta monografia e contribuiu para o aperfeiçoamento desse estudo.

O sexto capítulo é fruto da monografia de graduação em Ciências Sociais de Bárbara Avelar Gontijo de 2011. Esse estudo busca avaliar qual o impacto de cursos de ensino profissionalizante no rendimento e na chance de estar empregado dos indivíduos, com base em dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais. Com estes objetivos, foram estimados modelos de mínimos quadrados ordinários para prever os rendimentos dos trabalhadores, além de modelos logísticos para estimar a chance dos indivíduos estarem empregados.

O trabalho de Natália Almeida Fares Menhem foi realizado em 2010 e fez parte de sua monografia de graduação em Ciências Sociais. Os dados do Censo Demográfico de 2000 foram explorados com estatísticas descritivas e análises espaciais para entender o comportamento de diferentes indicadores de vulnerabilidade na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O oitavo capítulo é fruto de uma pesquisa realizada em 2010, em conjunto com a professora Magna Maria Inácio do Departamento de Ciência Política e com a assistente de pesquisa Fabrícia de Almeida Costa que era graduanda em Ciências Sociais. Esse estudo aplicou questionários domiciliares em amostras probabilísticas de bairros da Região Metropolitana de Belo Horizonte que receberiam ou estavam recebendo benefícios de políticas habitacionais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Para essa coleta e análise de dados primários, foi realizado um plano amostral e consequente investigação descritiva dos dados.

O capítulo nove é resultado da monografia de Pedro Cisalpino Pinheiro de 2013 e investiga quais os determinantes da ocorrência de internações hospitalares. Há uma ênfase na análise do impacto das condições crônicas de saúde, com a estimação de modelos de regressão logísticos. Foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e da Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais (PAD-MG).

O décimo capítulo surgiu de trabalho da disciplina de Avaliação de Políticas Públicas da graduação em Gestão Pública, ocorrida no primeiro semestre de 2013. Selecionei dois alunos dessa disciplina (Guilherme Andrade Silveira e Isabella Rafael Horta Londe) com base em suas notas no semestre e em uma prova realizada com esse propósito específico. A também graduanda em Gestão Pública, Samantha Haussmann Rodarte Faustino, foi monitora dessa disciplina e é uma das autoras deste trabalho. A ideia foi elaborar modelos de mínimos quadrados ordinários com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para estimar a correlação do recebimento de diferentes benefícios (auxílio para moradia, auxílio para alimentação, auxílio para transporte, auxílio para educação/ creche e auxílio para saúde) no rendimento de trabalhadores.

O capítulo onze sobre avaliação do Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi realizado pelo Professor Jorge Alexandre Barbosa Neves do Departamento de Sociologia, pela empreendedora pública Florence Fiuza de Carvalho e pela Professora Daniete Fernandes Rocha. Nesse estudo foram estimados modelos de mínimos quadrados ordinários com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e de Censos Demográficos.

O décimo segundo capítulo investiga como a política pública do Parlamento Jovem, implementada pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), apresentou impacto na confiança dos jovens em instituições políticas. Este trabalho serviu de base para a monografia de graduação em Gestão Pública de Guilherme Quaresma Gonçalves de 2012, sob orientação do Professor Mario Fuks do Departamento de Ciência Política.

A investigação também contou com auxílio do doutorando em Ciência Política Gabriel Ávila Casalecchi. Foram estimados modelos de regressão ordinais com a opção de conglomerado (“cluster”) para analisar dados primários coletados de jovens que participaram e que não participaram da política da ALMG.

Ernesto Friedrich de Lima Amaral

***Avaliação de políticas habitacionais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC):
Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2010***

Ernesto Friedrich de Lima Amaral
Magna Maria Inácio
Fabrícia de Almeida Costa

Resumo: Este trabalho avalia políticas habitacionais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em aglomerados subnormais nos municípios de Contagem, Vespasiano e Ribeirão das Neves da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Essas políticas combinam intervenção em condições habitacionais, ambientais e de sustentabilidade dos empreendimentos. Os dados da pesquisa foram coletados por meio de questionários amostrais em 2010. Foram investigadas informações domiciliares, demográficas, educacionais, de saúde, de trabalho, de acessibilidade, de uso de serviços públicos, de participação em organizações comunitárias, de percepções sobre condições sanitárias e ambientais, de destinação de resíduos sólidos e de trabalho social do PAC. O modelo de avaliação busca investigar a qualidade de vida da população beneficiária. Os resultados indicam que essas políticas habitacionais vêm proporcionando melhores condições de vida para a população.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Contagem. Vespasiano. Ribeirão das Neves.

1. Introdução

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal executa diversos projetos de reassentamento, urbanização e regularização fundiária na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Em consonância com a “Agenda Habitat”, os projetos comportam eixos estratégicos de promoção do bem-estar e de indução da urbanização sustentável. Este trabalho visa a realizar análises de diagnóstico (marco zero) e da implementação desses projetos em aglomerados subnormais da RMBH. Segundo o IBGE (2010), aglomerados subnormais são um conjunto de pelo menos 51 unidades habitacionais que não possuem serviços públicos considerados essenciais. Essas áreas ocupam ou recentemente ocuparam terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) e estão dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. As áreas que correspondem a tal conceito podem ser favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros assentamentos irregulares.

O objetivo deste trabalho é apresentar os principais resultados dos seguintes estudos realizados em 2010: (1) marco zero do Programa de Requalificação Urbana e Ambiental e Controle de Cheias do Córrego Ferrugem em Contagem; (2) marco zero do Plano de Monitoramento e Avaliação (PMA) do Projeto de Investimento e Intervenção em Favelas em Vespasiano; (3) Plano de Monitoramento e Avaliação do Projeto de Investimento e Intervenção em Favelas em Ribeirão das Neves Lote I; e (4) Plano de Monitoramento e Avaliação do Projeto de Investimento e Intervenção em Favelas em Ribeirão das Neves Lote II.

As análises feitas foram norteadas, principalmente, pelas diretrizes da matriz de indicadores do Ministério das Cidades (Brasil, 2009b), a qual será utilizada para avaliação dos projetos habitacionais a serem executados no PAC. Tal matriz abrange os seguintes eixos: (1) moradia e inserção urbana, que apresenta as dimensões de infraestrutura básica, mobilidade urbana, qualidade ambiental, moradia, regularização fundiária e controle urbanístico; (2) inclusão social, que agrega as dimensões de acesso a serviços sociais públicos, cidadania, participação e inserção no mundo do trabalho; e (3) satisfação do morador, a qual contém as dimensões de moradia, serviços

urbanos e vida social e comunitária. As análises discutidas a seguir referem-se a duas etapas do projeto: (1) marco zero dos projetos de urbanização e melhorias das condições de habitabilidade em Contagem e Vespasiano; e (2) monitoramento da execução dos projetos em Ribeirão das Neves.

2. Contextualização

Há uma série de políticas em andamento na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal. Neste trabalho, são investigados quatro conjuntos de políticas, descritos brevemente a seguir.

2.1. Programa de Requalificação Urbana e Ambiental e Controle de Cheias do Córrego Ferrugem em Contagem

O Programa de Requalificação Urbana e Ambiental e Controle de Cheias do Córrego Ferrugem tem como áreas de intervenção as Vilas Canal/Samag, PTO 2ª Seção, Itaú, Esporte Clube e Madre Gertrudes III, IV e V, instaladas às margens do Córrego Ferrugem/Água Branca, na região da Cidade Industrial, abrangendo os municípios de Contagem e Belo Horizonte. O objetivo central da intervenção é minimizar os prejuízos causados pelas frequentes inundações da sub-bacia hidrográfica do Córrego Ferrugem. O programa prevê ainda ações nas áreas de saneamento; educação ambiental, sanitária e patrimonial; gestão condominial; habitação e urbanismo.

Segundo o Projeto de Trabalho Técnico Social, a área diretamente beneficiada abrange 2.254 domicílios e uma população total de 8.493 moradores, estimados com base no Censo 2000, do IBGE. Está prevista a remoção de cerca de 1.250 domicílios, dos quais 65%, aproximadamente, deverão ser reassentados em unidades habitacionais verticalizadas, construídas pelo empreendimento. O restante receberá indenização monitorada. A remoção é integral nas Vilas Itaú, PTO e Canal e parcial nas vilas Esporte Clube e Madre Gertrudes III, IV, V, correspondendo apenas às áreas inundáveis. O programa faz intervenções diretas também no bairro Água Branca, local onde será construída a maioria dos núcleos residenciais para reassentamento

das famílias removidas, conforme informações fornecidas pela Prefeitura Municipal de Contagem.

2.2. Projeto de Investimento e Intervenção em Favelas em Vespasiano

O Projeto de Urbanização, Regularização e Melhoria das Condições de Habitabilidade em Assentamentos Precários na Região do Morro Alto (PAC Vespasiano) atua na Vila do Alho, no Cruzeiroinho e nos loteamentos Novo Horizonte e Nova Pampulha, todos localizados em Vespasiano. Os principais objetivos do projeto são: implementação de obras de vias urbanas, saneamento e construção de equipamentos sociais; remover e reassentar 334 famílias na própria área; regularização de propriedades fundiárias de 4.546 famílias de baixa renda e; realização dessas intervenções de uma forma integrada para beneficiar mais a comunidade. O plano urbanístico prevê obras na Vila do Alho, como a construção de uma avenida sanitária e um parque linear para proteger o curso d'água e evitar novas invasões. No Cruzeiroinho, está prevista a remoção de moradias das encostas, seguida de reflorestamento dessas áreas. No Novo Horizonte, a intervenção se concentra na urbanização de vias e becos.

2.3. Projeto de Investimento e Intervenção em Favelas em Ribeirão das Neves Lote I

O Projeto de Requalificação Urbana e Ambiental da Sub-Bacia do Ribeirão das Neves (PAC Neves) Lote I está localizado nos bairros Rosaneves, Barcelona, Sevilha B e Alicante. O Projeto tem como meta beneficiar diretamente 8.600 famílias. As obras referem-se a abastecimento de água, redes coletoras de esgoto, interceptores de esgoto em cursos d'água, implantação de avenidas sanitárias, remoção e reassentamento de 210 famílias de baixa renda que vivem em áreas de risco, além da construção de 75 unidades hidrossanitárias.

2.4. Projeto de Investimento e Intervenção em Favelas em Ribeirão das Neves Lote II

O Programa de Aceleração do Crescimento de Ribeirão das Neves (PAC Neves) Lote II tem intervenções nos bairros Cidade Neviana, Jardim Colonial e São Luiz. No PAC Neves Lote II, também estão previstas obras de saneamento básico e pavimentação, nos interceptores de cursos d'água e no sistema de abastecimento de água. No entanto, nessa área serão removidas e reassentadas 111 famílias de baixa renda e construídas 269 unidades hidrossanitárias.

3. Estratégia de pesquisa

3.1. Modelo de avaliação

O Plano de Monitoramento e Avaliação dos Projetos inclui a avaliação dos impactos iniciais das obras com foco nas condições de moradia e inserção urbana, inclusão social e satisfação do morador. O marco da Política Habitacional conduzida pelo Ministério das Cidades propõe uma estratégia de intervenção pública multidimensional, pautada em ações relacionadas a diferentes aspectos da vida social no espaço urbano. Há uma preocupação de avaliar dimensões relativas à inserção urbana, moradia, inclusão social e promoção do bem-estar da população beneficiária (Brasil, 2009b). A política de habitação assinalada pelo Ministério está de acordo com as diretrizes expostas pelas Nações Unidas, constituindo acesso a serviços públicos de forma equitativa entre os beneficiários de programas, realização de trabalho social para integrar a comunidade por meio de atividades que ofereçam oportunidades de interação positiva entre os indivíduos a serem reassentados, planejamento e gestão que considerem questões de gênero e de acessibilidade para deficientes físicos, além de elaboração de políticas que previnam e reduzam a violência e a criminalidade (UN-Habitat, 2009: 16). A atenção a essas diretrizes requer planejamento e gestão do projeto focado nas características do território de intervenção, acompanhada de uma estratégia de trabalho social durante e após a conclusão das obras e benfeitorias. Tal estratégia visa garantir a sustentabilidade física, socioambiental e patrimonial do empreendimento habitacional e da ocupação dessas novas unidades.

Em vista dessas orientações, a estratégia metodológica deveria avaliar os resultados da intervenção com base em modelos antes e depois. Nesses modelos, é feito um estudo intertemporal dos diferentes indicadores das condições vivenciadas pela população-alvo da intervenção. Os dados coletados antes da implementação da política (marco zero ou diagnóstico) permitem uma avaliação *ex-ante*. A comparação dos dados de diagnóstico (antes da implementação da política) com os dados de monitoramento (durante a implementação da política) e de pós-ocupação (após a implementação da política) permitem uma avaliação *ex-post*. Os dados de monitoramento também são comparados aos dados de pós-ocupação. Para estimar os efeitos líquidos da intervenção nas mudanças das condições de moradia, inserção urbana, inclusão social e satisfação do morador, é fundamental realizar o diagnóstico e a mensuração dos efeitos iniciais do projeto. Os resultados do marco zero e monitoramento fornecem informações cruciais para a dinâmica futura da intervenção, porque permitem o entendimento das áreas onde as políticas habitacionais e sociais serão realizadas por grupos de gestores e equipes de profissionais. O conjunto de dados em diferentes momentos no tempo permite captar a dinâmica processual da intervenção. É possível avaliar se as mudanças nas comunidades decorrem da intervenção efetuada ou se são deflagradas por fatores externos e alheios ao projeto em execução.

Porém, a análise aqui desenvolvida não se baseou em dados coletados anteriormente e posteriormente à implementação das políticas sociais. Por mudanças de estratégia do Ministério das Cidades no decorrer da avaliação, recursos foram liberados somente para uma análise anterior à implementação da política (projetos de Contagem e Vespasiano) e durante a implementação da política (projetos de Ribeirão das Neves).

3.2. Instrumento de coleta de dados: questionário domiciliar

A coleta de informações sobre os moradores e o contexto domiciliar foi realizada por meio de questionários com questões fechadas, aplicados a amostras de moradores em 2010, considerando o domicílio como a unidade de referência. Com base na Matriz de Indicadores do Ministério das Cidades, o questionário permite investigação de múltiplas dimensões, tais como:

indicadores de percepção e de atitudes, que medem a satisfação do morador com o ambiente local e hábitos em geral; indicadores comportamentais, que captam dimensões de inclusão social, organização comunitária, uso dos espaços domiciliar e comunitário, estratégias de inserção produtiva e uso da infraestrutura e de serviços públicos; e indicadores socioambientais e de condições de habitabilidade do domicílio, de mobilidade urbana, e de acessibilidade a serviços e equipamentos públicos.

O questionário aplicado nas residências possui questões distribuídas em diferentes seções temáticas. Algumas seções dizem respeito a cada membro do domicílio e outras seções se referem a todos moradores do domicílio: (1) informações básicas da entrevista, tais como número do questionário, endereço do entrevistado, nome do entrevistador, datas e horários de aplicação do questionário; (2) informações sobre os moradores, como dados sobre a relação de cada morador com o chefe do domicílio e da família, informações demográficas, dados sobre posse de documentos; (3) dados relativos ao percurso de cada membro do domicílio no interior do sistema educacional, regular ou não; (4) informações sobre as condições de saúde de cada um dos moradores do domicílio, tais como tipos de problemas de saúde que o indivíduo tenha enfrentado e a acessibilidade dos serviços de saúde; (5) informações relativas ao emprego e renda de cada um dos moradores de cinco anos ou mais de idade. Nessa seção, serão investigadas a situação ocupacional e a renda de cada morador, permitindo caracterizar as estratégias de sobrevivência do grupo domiciliar, mediante a discriminação da composição da renda derivada do trabalho e o acesso a programas governamentais de transferência de rendas; (6) informações gerais do domicílio, o que engloba perguntas de descrição do domicílio e entorno, bem como sobre bens de consumo presentes no domicílio; (7) informações sobre acessibilidade e uso dos serviços públicos, engajamento e participação em organizações comunitárias. Entre outros fatores, interessa identificar como o domicílio utiliza diferentes meios de comunicação, o grau de confiança nesses meios, além da relação com associações de bairro, com grupos comunitários e com seus vizinhos; (8) percepções relacionadas ao uso do espaço e condições sanitárias e ambientais, incluindo questões sobre qualidade da água, problemas de saneamento e doenças mais frequentes na comunidade;

(9) informações sobre destinação dos resíduos sólidos do domicílio, tais como forma e frequência de coleta do lixo, órgão responsável por tal coleta, coleta seletiva do lixo, além de destino de eventuais entulhos de construção do domicílio; e (10) informações sobre o trabalho social do PAC, tais como contato com a equipe social (equipe da NMC), grau de informação quanto às obras e benfeitorias do PAC e quanto à equipe do plantão social do PAC, além de quesitos sobre a participação em atividades da equipe social da NMC.

3.3. Planos amostrais

A pesquisa com as populações beneficiárias foi conduzida com uma amostra de domicílios da área de intervenção. Conforme definido pelo Ministério das Cidades, os Planos de Monitoramento e Avaliação de Projetos de Investimento e Intervenção em Favelas deveriam estabelecer os tamanhos das amostras com base no número total de domicílios envolvidos nas intervenções. A recomendação era de que projetos de pequeno porte entrevistassem o universo total de moradores. Em projetos medianos (100 a 200 domicílios), a amostra deveria ser de 50% desses domicílios. Em projetos grandes (mais de 200 domicílios), a amostra deveria ser de 20% dos domicílios, representativos do conjunto habitacional ou área urbanizada. Havia ainda a recomendação de utilização de amostragem aleatória simples.

Porém, não foi elaborada uma moldura de amostragem (listagem dos domicílios) completa nas áreas de intervenção. Por isso, não se sabia ao certo o universo de residências beneficiadas pelas políticas. Por isso, não foi possível utilizar a forma de cálculo do tamanho da amostra sugerida pelo Ministério das Cidades. A alternativa que se colocou foi utilizar a fórmula para o cálculo do tamanho da amostra (n):

P : proporção com que o fenômeno ocorre;

Q : proporção complementar ($1-P$);

$$n = \frac{P \cdot Q \cdot Z^2}{e^2}, \text{ sendo:}$$

Z : nível de confiança ($1-\alpha$), expresso em desvios-padrão;

e : erro amostral.

Para determinação do tamanho da amostra foi necessário estipular o erro absoluto máximo desejado (e) e um intervalo de confiança (Z). A margem de erro amostral foi definida como cinco pontos percentuais (0,05). O intervalo de confiança considerado foi de 95% em uma distribuição normal (1,96 desvios-padrão abaixo e acima da média). Como não dispúnhamos de informações detalhadas sobre a proporção de famílias beneficiadas, frente ao universo de domicílios no município com as mesmas condições socio-econômicas, tomaram-se os valores de P e Q como iguais a 0,5. Esse valor de 0,5 é o que gera o maior tamanho amostral. Ao substituir esses valores na equação anterior, obtemos um tamanho amostral de 384 domicílios para cada área de intervenção (Contagem, Vespasiano, Ribeirão das Neves I e Ribeirão das Neves II).

Em todas as áreas de intervenção, o número de domicílios entrevistados foi proporcional ao número de domicílios em cada área (Tabelas 1 e 2). Ao final, os questionários aplicados corresponderam a 353 domicílios em Contagem (referentes a 1.204 pessoas), 378 em Vespasiano (referentes a 1.507 pessoas), 410 domicílios em Ribeirão das Neves I (referentes a 1.495 pessoas) e 397 domicílios em Ribeirão das Neves II (referentes a 1.434 pessoas).

Tabela 1

Número de domicílios e tamanho da amostra por bairros na área de intervenção de Contagem.

Bairro	Número de domicílios	Tamanho da amostra
Vila do Canal	125	38
Vila Esporte Clube	201	61
Vila Itaú	697	211
Vila Madre Gertrudes	103	31
Vila PTO	144	44
Total	1.270	384

Fonte: NMC – Projetos e Consultoria.

Tabela 2

Número de habitantes, domicílios e tamanho da amostra por bairros nas áreas de intervenção de Vespasiano, Ribeirão das Neves Lote I e Ribeirão das Neves Lote II.

Vespasiano				
Bairro	Número de domicílios ¹	% de domicílios ¹	Número de entrevistas	
Vila do Alho e Cruzeiroirinho	879	20,6	79	
Novo Horizonte	728	17,0	65	
Nova Pampulha	2.663	62,4	239	
Total	4.270	100,00	384	

Ribeirão das Neves Lote I				
Bairro	Número de habitantes ²	Número de domicílios ²	% de domicílios ²	Número de entrevistas
Alicante	287	72	2,55	10
Barcelona	574	143	5,06	19
Rosaneves	6.753	1.643	58,18	223
Sevilha B	4.348	966	34,21	132
Total	11.962	2.824	100,00	384

Ribeirão das Neves Lote II				
Bairro	Número de habitantes ³	Número de domicílios ³	% de domicílios ³	Número de entrevistas
Jardim Colonial	3.699	755	46,55	179
Neviana	4.201	832	51,29	197
São Luiz	211	35	2,16	8
Total	8.111	1.622	100,00	384

¹ Fonte: Censo Demográfico do Brasil de 2000, coletado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

² Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano da Grande BH – PNUD, disponíveis no relatório “Avaliação Socioeconômica – Projeto de Requalificação Ambiental do Ribeirão das Neves”.

³ Fonte: Alves, Tiago Moreira; e Ricardo Porfírio Andrade. 2008. “Avaliação Socioambiental dos Bairros da AII – Projeto de Requalificação Ambiental do Ribeirão das Neves (PAC).” Belo Horizonte: NMC Projetos e Consultoria.

A proposta desta pesquisa era de que a amostra conseguisse captar ao máximo a diversidade socioeconômica da população de cada uma das áreas. Como se tratou de amostras probabilísticas, em unidades territoriais pequenas, o ideal seria que a pesquisa abordasse cada um dos bairros em sua totalidade. Para que as amostras fossem representativas por bairro, seria necessário aplicar a fórmula do tamanho da amostra para cada um dos bairros. Por restrições orçamentárias, ficou definido que o tamanho da amostra por área deveria ser de 384 domicílios. Desse modo, as amostras coletadas são representativas para o conjunto de bairros em cada uma das áreas de intervenção. Isso significa que uma análise dos indicadores para cada um dos bairros pode levar a resultados não confiáveis.

Na aplicação dos questionários, os entrevistadores caminharam por toda a extensão dos bairros analisados. Esse procedimento demandou maior tempo para sua execução. No entanto, essa dinâmica consistiu em uma melhor sistemática na seleção dos domicílios, assim como permitiu que os entrevistadores trabalhassem mais próximos, aumentando a uniformidade na coleta de dados. Se fossem selecionadas quadras para compor a amostra, haveria o risco de que os questionários fossem respondidos por pessoas de perfis muito semelhantes.

Essa metodologia visou a elaborar uma amostra que se assemelhasse ao máximo da utilização de uma moldura de amostragem (listagem ou selagem) dos domicílios. A utilização dessa listagem fazia parte da estratégia inicial de seleção aleatória simples dos domicílios a serem contemplados na amostra, mas não foi possível coletar essa informação antes do processo de aplicação de questionários, devido à limitação de recursos. Somente no caso de Contagem, houve a coleta da lista de domicílios em cada bairro. Por isso, foi realizada amostra aleatória simples, sem reposição, dos domicílios de cada um dos bairros. O procedimento sem reposição impediu que um mesmo domicílio fosse incluído na amostra mais de uma vez. Porém, para que os planos amostrais das diferentes áreas de intervenções fossem similares, ao realizar a entrevista em um dos domicílios selecionados da listagem de Contagem, o próximo domicílio selecionado pode ser estabelecido com base em saltos uniformes (conforme explicado a seguir).

A escolha dos domicílios obedeceu a “saltos” uniformes, conforme uma amostra sistemática. O número de saltos foi calculado segundo a razão entre o número de residências e o tamanho da amostra: (1) em Contagem, a razão (1.270/384) foi igual a três; (2) em Vespasiano, a razão (4.270/384) foi igual a onze; (3) em Ribeirão das Neves I, a razão (2.824/384) foi igual a sete; e (4) em Ribeirão das Neves II, a razão (1.622/384) foi igual a quatro. Os entrevistadores realizaram as entrevistas seguindo numerações prévias dos quarteirões em cada área de intervenção. A volta no quarteirão começou pelo ponto situado mais à Noroeste no mapa. Os entrevistadores caminharam no sentido horário. Ao terminar um quarteirão, a contagem dos saltos continuou, conforme aquela que vinha sendo realizada no quarteirão anterior. Em outras palavras, esse procedimento visa a considerar os domicílios como se estes estivessem dispostos continuamente. No caso de quarteirões que terminaram em algum acidente geológico (tal como barrancos), os entrevistadores começaram a contagem de domicílios pelo ponto situado mais próximo do barranco. Em caso de declives ou buracos no meio das ruas, os entrevistadores consideraram essa rua como se fosse uma rua em espiral (cinturões).

Foram ainda observadas as seguintes orientações para o campo: (1) quando foi encontrado mais de um domicílio no lote, foi considerado para entrevista o domicílio que foi estabelecido há mais tempo (mais antigo). O conceito de domicílio obedeceu aquele utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); (2) sobre as microáreas: como parte da metodologia de avaliação mista, ficou definido que o gestor procederia à divisão dos bairros em microáreas para agilizar a entrada em campo. Esse procedimento levou em consideração a homogeneidade das áreas e o equilíbrio no número de domicílios. Mais especificamente, procurou-se dividir o bairro em microáreas com igual número de domicílios, mesmo que isso significasse dimensões territoriais distintas. Outra forma de se proceder com essa divisão seria a partir das unidades do IBGE, o que demandaria um maior tempo, atrasando a entrada em campo; (3) sobre a contagem dos domicílios: foi obedecida a razão entre o número de residências e o tamanho da amostra. Após a aplicação de um questionário, o entrevistador prosseguiu a contagem, iniciando em um no domicílio vizinho do sentido

horário; (4) sobre a recusa: foi considerado recusa apenas os questionários que não foram respondidos após a terceira tentativa de entrevista, ou quando os moradores se recusaram expressamente a responder o questionário. Foi respeitado um intervalo de dois dias entre uma tentativa e outra, buscando alternar os horários e dias da semana; (5) sobre os domicílios vagos: foram considerados domicílios vagos aqueles sem moradores: domicílios para alugar, à venda, fechados, condenados, comerciais, abandonados; (6) sobre a substituição: para os casos de recusa e domicílios vagos, houve a substituição pelo domicílio seguinte no sentido horário. Ou seja, a contagem foi mantida em ambos os casos. Nos casos em que não se conseguiu proceder a aplicação neste domicílio de substituição, a nova substituição foi realizada ao final da aplicação na microárea; e (7) entrega dos questionários: no caso de substituição, os questionários do primeiro domicílio e do domicílio de substituição foram entregues conjuntamente. Esses questionários foram checados e o intervalo entre as visitas foi monitorado.

4. Resultados

Com base nas informações coletadas com o questionário domiciliar, a análise realizada orientou-se pelos indicadores exigidos pela matriz do Ministério das Cidades (Brasil : 2009b). A matriz propõe uma série de indicadores temáticos que devem ser estimados nas áreas de: (1) moradia e inserção urbana; (2) inclusão social; e (3) satisfação do morador.

4.1. Marco zero: Contagem e Vespasiano

4.1.1. Moradia e inserção urbana

O eixo de moradia e inserção urbana abrange as dimensões de abastecimento de água; rede de esgoto; coleta de lixo; iluminação pública e rede elétrica; vias veiculares e de pedestres; e acessibilidade e mobilidade.

Para análise do serviço de abastecimento de água na área de intervenção, foram selecionados três indicadores: porcentagem de domicílios atendidos pela rede geral de abastecimento de água; porcentagem de domicílios com ligações clandestinas; e frequência do abastecimento de água. Em relação ao primeiro indicador, tanto na área do Córrego Ferrugem de Contagem,

quanto em Vespasiano, quase todos os domicílios são atendidos pela rede geral de abastecimento de água. No Córrego Ferrugem, dos 353 domicílios com respostas válidas, 92,3% são atendidos pela rede geral de água. No município de Vespasiano, entre os 377 domicílios com respostas válidas, a porcentagem de domicílios atendidos pela rede geral de água é de 94,4%.

Nas duas áreas, as ligações clandestinas foram declaradas como algo residual, sendo que, no Córrego Ferrugem, apenas 5,38% dos entrevistados declararam que o abastecimento de água ocorria por ligações clandestinas à rede geral. O percentual de domicílios que utiliza água extraída de cisternas ou de outra fonte é residual, menos de 1% das unidades investigadas. Em Vespasiano, os domicílios com ligações clandestinas são 4,5%. Por sua vez, o terceiro indicador mostra que, dos 217 domicílios com informações sobre a ligação à rede geral no Córrego Ferrugem, 97,7% são abastecidos diariamente com água potável. Já em Vespasiano, 68,3% recebem água potável pela rede geral de abastecimento.

A segunda dimensão das condições de moradia e inserção urbana refere-se ao esgotamento sanitário. O percentual de domicílios ligados à rede coletora de esgoto é de 68% no Córrego Ferrugem e de 95% em Vespasiano. Esses resultados são consideravelmente superiores ao observado para o Brasil (PNAD, 2009), em que esse serviço atinge 50% dos domicílios. Segundo as informações prestadas pelos moradores, é expressiva a destinação precária dos dejetos domiciliares na área de intervenção do Córrego Ferrugem. Em 3% dos domicílios, os moradores afirmaram destinar os dejetos diretamente para rios. Já em Vespasiano, o percentual de domicílios com fossa séptica sem ligação à rede geral representa 2,4%. Os demais escoadouros representam 0,3% cada, o que indica que a destinação precária dos dejetos neste último município é residual.

A terceira dimensão remete à destinação do lixo. O indicador utilizado para avaliar o saneamento ambiental da área de intervenção é o percentual de domicílios atendidos por serviço de coleta de lixo. No Córrego Ferrugem, 69% de 351 dos domicílios são atendidos pelo serviço de coleta de lixo. Verificou-se que, desses, 44,6% são atendidos por caminhão e 52% utilizam o cesto coletor. Em geral, a frequência da coleta de lixo nos domicílios é

regular, em 70% é de três vezes na semana. Em Vespasiano, o serviço de coleta de lixo também é regular: pelo menos uma vez por semana, para a maioria dos domicílios investigados, 89%.

Foi possível constatar ainda que, nos bairros incluídos na amostra domiciliar, a coleta seletiva não é realizada, uma vez que 93,1% dos entrevistados disseram não ser atendidos por esse tipo de serviço. Ao serem perguntados se separam o lixo domiciliar e o que fazem com o lixo separado, 75% do total de 377 domicílios afirmaram que não separam o lixo, enquanto 16,4% utilizam esses resíduos para alimentação animal; 0,2% usam-no para preparação de compostagem, e 1,3%, para venda.

A quarta dimensão considerada diz respeito à iluminação pública das vias. O primeiro indicador percentual de domicílios localizados em vias de acesso com iluminação pública aponta uma cobertura expressiva na região do Córrego Ferrugem, 81,8%. Quanto ao percentual de domicílios interligados à rede elétrica de forma regularizada, no total de domicílios em Contagem com informações sobre esse indicador (351), o uso de energia elétrica foi registrado em 86,7% das unidades. Por outro lado, 11,6% têm acesso à rede convencional por meio de ligações clandestinas. Em Vespasiano, por sua vez, do total de domicílios com informações sobre esse indicador (377), o uso de energia elétrica foi registrado em 100% das unidades. No entanto, em 28,6%, o acesso é por meio de ligações clandestinas.

No que tange à mobilidade, nos 353 domicílios do Córrego Ferrugem, 57,7% dos entrevistados afirmaram que utilizam transporte público (ônibus) como principal meio de transporte. Considerando a existência de ponto de ônibus a menos de um quilômetro do domicílio, a oferta de transporte público na área de intervenção corresponde a 70,7%. A avaliação das condições de mobilidade deve, no entanto, considerar também o tempo comprometido com o deslocamento.

Esse resultado está relacionado às condições das vias veiculares da área do projeto. Entre os entrevistados no Córrego Ferrugem, 79,7% disseram que as ruas ou becos de residência não permitem acesso de ônibus, e 21% afirmaram que as vias não permitem acesso de ambulância. Em Vespasiano, segundo os entrevistados, 56% das vias permitem acesso a ônibus, e 27% a

ambulâncias. Esses dados sinalizam barreiras físicas à mobilidade da população que dificultam serviços essenciais, como o atendimento médico de urgência.

4.1.2. Inclusão social

O eixo de inclusão social trata das seguintes dimensões: acesso a serviços sociais públicos – educação, saúde, esporte, lazer, cultura, assistência social e segurança pública –; cidadania e participação; e inserção no mundo do trabalho. Tal eixo procura explicitar o desenvolvimento de estratégias que têm como objetivo diminuir os efeitos dos processos excludentes por meio da proteção social e da garantia de direitos.

A primeira dimensão a ser considerada no eixo da inclusão social é a oferta de serviços públicos próximos à área ou na área do projeto. Observou-se uma variação importante na oferta de infraestrutura e de serviços sociais. Em relação aos serviços educacionais no bairro de residência, no Córrego Ferrugem 71,6% dos domicílios cujos moradores foram entrevistados afirmaram que não há escolas públicas; 67,9%, que não existem postos ou centros de saúde, 79,7%, que não há postos policiais, e 78,5%, que inexistem centros de referência em assistência social (CRAS). Nos domicílios investigados em Vespasiano, 98,6% dos moradores afirmaram que há escolas públicas, e 56,9% reportaram a existência de creches no bairro.

A segunda dimensão da inclusão social diz respeito ao acesso aos serviços públicos educacionais e de saúde. Para a avaliação do acesso aos serviços educacionais, a análise discriminou a inserção escolar por grupo etário. Do total de 144 crianças com idade entre 0 a 6 anos no Córrego Ferrugem, 56,2% não frequentam escola, 15,3% estão matriculadas em instituições da rede pública municipal, 12,5% na rede estadual e 7,6% em escolas da rede privada de ensino. No grupo de 7 a 10 anos, não foram registrados casos de crianças fora da escola, sendo que os 95 estudantes frequentam escolas da rede municipal (43,1%) e da rede estadual de ensino (54,7%). Entre aqueles com idade de 11 a 14 anos, o percentual de crianças fora da escola é 3,4% e entre os estudantes estão inseridos, em sua quase totalidade, no sistema público municipal (36,8%) e estadual (49,4). Por fim, há 23% de jovens de 15 a 17 anos fora da escola.

Na área investigada em Vespasiano, entre as crianças de 0 a 6 anos, 70% não frequentam a escola e 23,5% estão matriculadas em instituições da rede pública municipal. Das crianças de 7 a 10 anos, 4,9% não frequentam a escola e 80% frequentam escolas na rede pública municipal. Para as crianças de 11 a 14 anos, nenhum entrevistado afirmou ter filhos fora da escola. Por fim, há 21,1% de jovens de 15 a 17 anos fora da escola.

Dos membros das famílias entrevistadas, com mais de 6 anos, em Vespasiano, 6,9% não estudam. Daqueles que frequentam instituições de ensino 70,5% estão no ensino fundamental seriado; 16,4%, no ensino médio seriado; 1,6%, no ensino fundamental do Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou supletivo; 1,3%, no ensino médio do EJA ou supletivo; 0,8%, no curso técnico; 0,4%, no ensino superior (graduação); 3,9%, na creche; 3,2%, no ensino médio não seriado; 0,2%, na alfabetização de adultos; 0,8%, na educação infantil, e 0,2%, no pré-vestibular.

Para avaliar o acesso aos serviços de saúde, a pesquisa investigou os moradores que precisaram de atendimento médico ou de saúde e o procuraram nos seis meses que antecederam à pesquisa. Esse grupo representa 176 domicílios no Córrego Ferrugem e é formado por 512 pessoas. Nesse conjunto de moradores, o acesso efetiva-se principalmente pelo sistema público, utilizado por 79,6% dos respondentes. Numa proporção bastante inferior, verificou-se que 7,4% possuem planos de saúde particular e 9%, plano de empresa privada. Apenas 1,9% dos moradores afirmou ter utilizado recursos financeiros próprios para ter atendimento médico no período de referência.

Em Vespasiano, em apenas 174 domicílios, do total de 378 pesquisados, o entrevistado afirmou ter recorrido a atendimento médico nos seis meses que antecederam à pesquisa. Nesse grupo, a grande maioria, 86,78%, teve atendimento pelo sistema público. Verificou-se que, no atendimento por serviços não públicos, 7,7% fizeram uso de planos de saúde particular e 4,02%, de planos de empresa privada. Apenas 1,7% afirmou ter usado recursos próprios.

4.1.3. Satisfação do morador

O eixo de satisfação do morador tem por objetivo compreender como o morador avalia suas condições de moradia, os serviços urbanos disponíveis e os efeitos provenientes da execução do Projeto na vida social e comunitária. Neste eixo considerou-se a percepção dos moradores quanto: (a) aos principais problemas que afetam a sua qualidade de vida; e (b) às soluções para mitigação destes problemas.

Na região do Córrego Ferrugem, foi observado que quase 95% dos domicílios entrevistados estão muito satisfeitos ou satisfeitos com a qualidade da água no seu local de residência atual. De maneira similar, em Vespasiano, 94,1% estão muito satisfeitos ou satisfeitos com tais condições. Os principais problemas de saneamento apontados pelos respondentes no Córrego Ferrugem foram: esgoto a céu aberto (38,1%) e acúmulo de lixo nas ruas e lotes (29,6%). Dos entrevistados, 29,3% afirmou não existir problema de saneamento no bairro. A vinculação entre as condições sanitárias e a demanda por investimentos nessa área aponta para a consistência das percepções sobre as condições de saneamento ambiental. Como solução para esses problemas, 40% dos domicílios entrevistados sugeriram que fosse feita a limpeza regular das ruas pela prefeitura e 16,6% que houvesse a implantação de rede coletora de esgoto.

Também em Vespasiano, foram apontados como principais problemas de saneamento o acúmulo de lixo nas ruas e lotes (64,6%) e esgoto a céu aberto (15,6%). Um percentual consideravelmente menor do que o do Córrego Ferrugem (17,6%) afirmou não existir problema de saneamento em seu bairro. Considerando o grau de satisfação com o serviço de coleta de lixo, entre 10,5% dos moradores entrevistados no Córrego Ferrugem e 53,6% em Vespasiano estão satisfeitos com o serviço de coleta de lixo e limpeza urbana da cidade.

Em relação à acessibilidade ao domicílio, 85,2% investigados no Córrego Ferrugem, consideraram que o acesso é muito fácil ou fácil, em contraposição a 5,4% que avaliaram que o acesso é difícil ou muito difícil. A avaliação de acessibilidade está relacionada às condições das vias de acesso ao domicílio. Quando considerado o tipo de pavimentação da via, a avaliação positiva (muito fácil ou fácil) diminui entre os que residem em ruas sem pavimen-

tação (78,3%), em comparação com aqueles que residem em vias com paralelepípedos (83,3%) ou asfaltadas (87,9%). Em Vespasiano, uma proporção muito menor de respondentes considera que o acesso a seus domicílios é fácil ou muito fácil (cerca de 65%) e aproximadamente 14% avaliaram que esse acesso é difícil ou muito difícil.

Dentre os entrevistados, na área de intervenção do Córrego Ferrugem 36% afirmaram que a residência não atende às necessidades da família. Entre esses, a maioria, 42,5%, justificou que o principal motivo de insatisfação é o número insuficiente de cômodos. Em Vespasiano 28,8% dos entrevistados consideram que sua residência não atende às necessidades de sua família. O principal motivo, como no Córrego Ferrugem, também foi o número insuficiente de cômodos, afirmado por 46,8% dos entrevistados. Considerando o surgimento de problemas nos períodos de chuva, 60,5% dos domicílios entrevistado no Córrego Ferrugem apontam tal dificuldade. Dentre estes, 71,8% identificam problemas relacionados à inundação e 0,9% relataram ter problemas com trincas e rachaduras. Em Vespasiano, dos domicílios entrevistados, a tipificação dos problemas relacionados ao período de chuva é muito diferente da que ocorre no Córrego Ferrugem: apenas 8% identificam problemas relacionados à inundação e 74,4% com infiltrações e goteiras.

4.2. Monitoramento: Ribeirão das Neves Lote I e Lote II

Para análise do PAC de Ribeirão das Neves, foi utilizado o modelo de monitoramento no qual a mensuração dos resultados consiste na comparação dos dados observados antes e depois das intervenções realizadas, considerando diferentes indicadores de condições de vida da população-alvo do Programa. Houve uma coleta de dados em momento anterior ao início de implementação de políticas (marco zero). Foram utilizadas metodologias diferentes para a coleta de dados do marco zero e do monitoramento. Além disso, os processos foram coordenados por equipes distintas. Por isso, a comparação entre tais bancos de dados fica comprometida, pelas diferenças no plano amostral e nas estratégias de coleta de dados. Portanto, a comparação entre o marco zero e o monitoramento é realizada em momentos em que esse tipo de análise for pertinente.

4.2.1. Moradia e inserção urbana

O PAC de Ribeirão das Neves inclui um conjunto de intervenções nas condições habitabilidade dos domicílios e do entorno. Essas ações incluem as dimensões abastecimento de água; rede de esgoto; coleta de lixo; iluminação pública e rede elétrica; vias veiculares e de pedestres, e acessibilidade e mobilidade.

Em relação ao abastecimento de água, no período de referência da pesquisa (abril de 2010) dos 399 domicílios com respostas válidas, 96,7% eram atendidos pela rede geral, conforme a declaração dos moradores do Lote I. O desempenho do indicador é próximo ao mensurado pelo Levantamento Cadastral realizado nessa área em junho de 2008. O Levantamento Cadastral incluiu a área direta da intervenção, ou seja, os bairros Alicante, Barcelona, Rosaneves, Sevilha B (Grupo 1), que totalizam 11.926 indivíduos, e um conjunto de 24 bairros adjacentes (Grupo 2), que correspondia a 25.628 indivíduos. Foram aplicados 250 questionários em cada um desses grupos de bairros. Segundo informado no Cadastro (2008: 11), a “amostra equivale a 2,08% da população do Grupo 1; e a 0,69% do Grupo 2”. Nesse caso, 98% dos domicílios informaram ter acesso ao serviço de água. Cabe salientar que a diferença no indicador deve ser vistas com ressalvas, dado que a amostras não são coincidentes.

No Lote II, apenas 52,9% de 380 domicílios eram atendidos pela rede de água. O desempenho do indicador é superior ao mensurado pelo Levantamento Cadastral realizado nessa área em 2009, o qual correspondeu a 40,6% de 199 domicílios. Uma possível explicação para a diferença entre esse indicador e as taxas de execução das intervenções está no fato de que as ligações dos domicílios a rede geral de abastecimento encontram-se ainda em curso.

O segundo indicador, percentual de domicílios com ligações clandestinas de abastecimento de água, mostra que, no Lote I, 4,7% dos domicílios eram atendidos de forma irregular, mediante ligações clandestinas à rede geral de abastecimento de água. Já no Lote II, 14,5% dos domicílios eram atendidos mediante ligações clandestinas à rede geral de abastecimento de água. Vale ressaltar que 24,5% dos domicílios utilizam água extraída de cisternas, indicando diferentes condições de acesso à água para consumo.

O terceiro indicador considerado nessa dimensão é a frequência do abastecimento de água. Do total de 390 domicílios no Lote I, 89,5% declararam que o abastecimento é feito diariamente, sendo que 90,5% são abastecidos diariamente com água potável. No Lote II do total de 345 domicílios, 87,3% declararam que o abastecimento é feito diariamente e também 90,5% são abastecidos diariamente com água potável. Como se pode observar, os resultados do Lote I e II são muito parecidos no que se refere ao abastecimento de água e ao recebimento de água potável.

A segunda dimensão das condições de moradia e inserção urbana avalia a situação do esgotamento sanitário nas áreas de intervenção. O percentual de domicílios ligados à rede coletora de esgotos no Lote I é de 35,5%. Se forem incluídos os domicílios com fossa séptica ligada à rede geral, esse percentual atinge 40,3% dos domicílios investigados. Tal resultado é ainda inferior ao observado para o Brasil (PNAD : 2009), em que esse serviço atinge 50,1% dos domicílios. De todo modo, há uma melhoria em relação ao registrado no levantamento cadastral quando a porcentagem de domicílios ligados à rede coletora de esgoto era de 27,8%.

Considerando o Lote II, o percentual de domicílios ligados à rede coletora de esgotos é de 18,4%. Se forem incluídos os domicílios com fossa séptica ligada à rede geral, esse percentual atinge 23,1%. Esse resultado é bastante inferior ao observado para o Brasil (PNAD : 2009). A evolução desse indicador aponta para o impacto inicial da intervenção nessa área. A destinação precária dos dejetos domiciliares na área de intervenção em Ribeiro das Neves é evidenciada pelo percentual elevado de unidades que utilizam a fossa séptica sem ligação à rede geral (29% no Lote I e 44,2% no Lote II); a fossa rudimentar (19,6% no Lote I e 26,1% no Lote II); ou lançam os dejetos diretamente em rios ou lagos (10% no Lote I e 5,8% no Lote II).

A terceira dimensão remete à destinação do lixo na área de intervenção. No Lote I, 83,8% dos 397 dos domicílios são atendidos pelo serviço de coleta de lixo, segundo informado pelos moradores. Esse resultado é próximo ao obtido pelo levantamento cadastral em 2008, quando a porcentagem era de 84,6%. No Lote II, dos 383 domicílios, 85,6% são atendidos pelo serviço de coleta de lixo.

Entre os domicílios atendidos por serviço de coleta de lixo no Lote I, 97,3% são atendidos por caminhão (serviço direto) e 2,1% têm destinação do lixo em cesto coletor e caçamba estacionária. É importante observar que 15,9% dos domicílios atendidos por coleta de lixo têm a coleta feita por caminhão, e 58,7% utilizam cesto coletor ou caçamba estacionária. Observa-se ainda que entre os domicílios não atendidos por serviço de coleta, 3,2% depositam o lixo em lotes vagos, 1,6% o lança em barrancos e, ainda, 11% o queimam.

Ainda sobre o Lote I, foi reportado que 80,3% dos domicílios são atendidos pela coleta de lixo no bairro em pelo menos três vezes na semana. Esse indicador mostra uma cobertura expressiva do serviço nessa área e com frequência considerável.

Os bairros incluídos na referida área não possuem coleta seletiva, segundo os moradores. Ao serem perguntados se separam o lixo domiciliar, 83,4% afirmaram que não separam os resíduos sólidos, enquanto, entre os que separam os resíduos sólidos, 2,3% os utilizam para alimentação animal, 0,5% para preparação de compostagem e 3,3% para venda.

Além de o serviço de coleta de lixo ser relativamente abrangente na área, a adesão potencial dos moradores à coleta seletiva de lixo é considerável. Os entrevistados que disseram não saber ou não possuir coleta seletiva no bairro, foram perguntados se separariam o lixo da residência, caso esse serviço fosse ofertado: do total de 395 respondentes, 66,3% afirmaram que o separariam.

No Lote II, verifica-se que, dos domicílios atendidos por serviço de coleta de lixo, 89% têm acesso ao caminhão e 7,3% utilizam o lixo em cesto coletor. Ressalta-se que 10,9% dos domicílios não atendidos por serviço de coleta de lixo depositam o lixo em lotes vagos, 8,7% o lançam em barrancos e 6,5% depositam o lixo no quintal da casa.

No Lote II, 41,8% dos domicílios afirmaram possuir coleta de lixo no bairro em pelo menos três vezes na semana. Comparando o Lote I com o II, no primeiro, a quantidade de domicílios atendidos pela coleta de lixo três vezes por semana é muito maior.

Também no Lote II, não há coleta seletiva. Ao serem perguntados se separam o lixo domiciliar e o que fazem com o lixo separado, 92,9% afirmaram que separam os resíduos sólidos, enquanto 4,2% os utilizam para alimentação animal, 1% para preparação de compostagem, 1% para venda e

o,5% para reciclagem. No Lote II, adesão potencial à coleta seletiva de lixo é mais baixa do que no Lote I, visto que, ao serem perguntados se separariam o lixo, apenas 40,2% domicílios responderam positivamente.

O segundo indicador dessa dimensão considera o percentual de domicílios atendidos por serviço de varrição de ruas. Do total de 397 com informações no Lote I, esse serviço não é ofertado para a quase totalidade da amostra, ou seja, 97,7% domicílios. Já no Lote II, do total de 383 unidades residenciais investigadas, apenas 13,8% contam com esse serviço semanalmente.

A quarta dimensão considerada diz respeito à iluminação pública das vias na área de intervenção. O primeiro indicador considerado nessa dimensão é percentual de domicílios localizados em vias de acesso com iluminação pública. Segundo os entrevistados, a cobertura é expressiva, visto que 94,2% dos 399 domicílios investigados no Lote I contam com esse serviço público. A porcentagem observada é próxima da registrada pelo levantamento do marco zero, 99%, ressaltando que as diferenças podem refletir variações no universo amostral.

O percentual de domicílios localizados em vias de acesso com iluminação pública no Lote II é um pouco menor, 88%. O percentual também é menor do que o do levantamento cadastral anterior que é de 91,9%.

O segundo indicador é o percentual de domicílios interligados à rede elétrica de forma regularizada. No total de domicílios investigados (398), o uso de energia elétrica atinge 99%. No entanto, cabe ressaltar que 9,6% utilizam ligações clandestinas no Lote I. No Lote II, os números são parecidos: dos 383 domicílios investigados, 98,4% têm o acesso à energia elétrica, sendo 36% por ligações clandestinas.

A quinta dimensão considerada na avaliação das condições de moradia e inserção urbana são as características da malha viária. O percentual de domicílios localizados em vias pavimentadas (asfalto ou paralelepípedos) corresponde a 75,3% do total de 394 unidades no Lote I. É expressivo o percentual de domicílios localizados em vias sem qualquer tipo de pavimentação, 23,3%.

No Lote II, 50,4% do total de 371 unidades investigadas estão localizadas em vias pavimentadas. Esse resultado é inferior ao desempenho da taxa de execução das obras de pavimentação previstas pelo projeto de intervenção

na área, que, no mesmo período, atingiu 88%. É expressivo o percentual de domicílios localizados em vias sem qualquer tipo de pavimentação, 39%.

O segundo indicador refere-se ao percentual de domicílios com acesso viário precário (rampas, escadarias, pontes e becos). De acordo com os dados referentes ao Lote I, 10,5% dos domicílios se encontram nessa situação. Já no Lote II, a porcentagem é um pouco menor: 6,8%.

A dimensão relativa à acessibilidade e mobilidade abrange as condições básicas de circulação pelo espaço urbano e remete à oferta de recursos para o acesso a locais onde são ofertados serviços sociais básicos. Para o monitoramento dessas condições, foram selecionados três indicadores: percentual de domicílios com oferta de transporte público dentro da área do Projeto; tempo médio de percurso entre a moradia e o ponto de ônibus; e o percentual de domicílios sem acesso por veículos utilitários, ambulância, viatura etc.

Em relação à mobilidade, 90% dos domicílios, tanto do Lote I quanto do Lote II, afirmaram que o transporte público (ônibus) é o principal meio de locomoção. O segundo indicador é o tempo médio de percurso entre a moradia e o ponto de ônibus. Tanto no Lote I quanto no Lote II, a média é de 11 minutos de deslocamento para domicílios localizados a menos de um quilômetro do ponto de ônibus, e de 18 minutos entre os moradores do Lote I dos domicílios cujos pontos de ônibus se situam a mais de um quilômetro do domicílio. Esse tempo aumenta para 22,3 minutos para os moradores do Lote II.

Ao se avaliar a acessibilidade das ruas e becos dos bairros, 42,4% dos entrevistados no Lote I disseram que as ruas ou becos de residência não permitem acesso de ônibus, e 15,5%, não permitem acesso de ambulância. O acesso de veículos motorizados também não é possível em parte das vias de acesso aos domicílios, sendo que 10,9% dos domicílios não são acessíveis por carro e 6,1% não o são por motos. A situação no Lote II é consideravelmente melhor, uma vez que entre os entrevistados, 27% disseram que as ruas ou becos de residência não permitem acesso de ônibus, mas sim a carros e motos, e 6,5%, que não permitem acesso de ambulância.

4.2.2. Inclusão social

A primeira dimensão a ser considerada no eixo da inclusão social é a oferta de serviços públicos próximos à área ou na área do projeto. Cabe salientar, mais uma vez, que os resultados abaixo expressam o grau de conhecimento dos moradores quanto à oferta destes equipamentos.

Nos resultados da pesquisa, consta que 48,5% dos moradores da área inserida no Lote I afirmaram que utilizam escolas localizadas no bairro em que residem, enquanto 75,6% afirmaram que são usuários do centro ou posto de saúde do bairro. Considerando as condições socioeconômicas de Ribeirão das Neves, chama à atenção o percentual muito reduzido (1,8%) de domicílios cujos moradores afirmaram utilizar do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), o “posto policial” (2%) e o “posto de cultura” (1,3%). Esses três equipamentos foram declarados inexistentes no bairro por respectivamente, 12,1%, 17,1% e 16,4% domicílios investigados.

No que tange à oferta de serviços educacionais no Lote II, em 90,1% dos domicílios investigados, os moradores afirmaram que há escolas públicas, e em 20,6%, eles reportaram a existência de creches no bairro. Em relação aos serviços de saúde e assistência social, 89,8% afirmaram que contam com centro ou posto de saúde e 72,6% reportaram a existência de Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). A existência de posto policial no bairro foi relatada por 70,4% dos domicílios.

A segunda dimensão da inclusão social refere-se ao acesso aos serviços públicos: educacionais e de saúde. Para a avaliação do acesso aos serviços educacionais, a análise discriminou a inserção escolar por grupo etário.

A realidade encontrada no Lote I é descrita a seguir. Entre as crianças de 0 a 6 anos, 67,7% não frequentam a escola e 23,6% estão matriculadas em instituições da rede pública municipal. No que diz respeito às crianças de 7 a 10 anos, 2,6% não frequentam a escola, indicando um quadro de universalização do acesso escolar; e 61,4% frequentam escolas na rede pública municipal. Entre as crianças de 11 a 14 anos, há 5,7% fora da escola; 28,3% estão matriculadas na rede pública municipal; e 65%, matriculados na rede pública estadual. Por fim, há 9,3% de jovens de 15 a 17 anos fora da escola; 70,1% matriculados na rede pública estadual; e 16,4%, na rede pública municipal.

Comparando esses dados com aqueles provenientes da Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais (PAD–MG), percebe-se que o grupo de 0 a 6 anos apresenta os maiores percentuais de não incluídos no sistema escolar. Esse percentual é de 68,8% em Minas Gerais; 62,5% na Região Metropolitana de Belo Horizonte; e 55,9% no município de Belo Horizonte. Analisando os alunos que estão na escola, percebe-se que a maioria se encontra matriculada na rede pública de ensino. A exceção está apenas na faixa de 0 a 6 anos, quando sobressai a rede de ensino particular no município de Belo Horizonte. É importante considerar, ainda, que, no grupo de 15 a 17 anos, há percentuais elevados daqueles que não frequentam a escola. Observa-se 8,6% em Minas Gerias; 15,4% na RMBH e 4,9% em Belo Horizonte.

Enquanto isso, na área de intervenção correspondente ao Lote II, entre as crianças de 0 a 6 anos, 69,08% não frequentam a escola e 19,1% estão matriculadas em instituições da rede pública municipal. No que diz respeito às crianças de 7 a 10 anos, 2,9% não frequentam a escola, indicando um quadro de universalização do acesso escolar; e 75,2% frequentam escolas na rede pública municipal. Para as crianças de 11 a 14 anos, há 3,3% fora da escola; e 60,7% matriculadas na rede pública municipal. Por fim, há 13,7% de jovens de 15 a 17 anos fora da escola; 50,5% matriculados na rede pública estadual; e 31,6% na rede pública municipal.

Comparando esses dados com aqueles provenientes da Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais (PAD–MG), percebe-se que o grupo de 0 a 6 anos apresenta os maiores percentuais de não incluídos no sistema escolar. Esse percentual é de 68,8% em Minas Gerais; 62,5% na Região Metropolitana de Belo Horizonte; e 55,9% no município de Belo Horizonte. Analisando os alunos que estão na escola, percebe-se que a maioria se encontra matriculada na rede pública de ensino. A exceção, mais uma vez, está na faixa de 0 a 6 anos, quando sobressai a rede de ensino particular no município de Belo Horizonte. É importante considerar ainda que, no grupo de 15 a 17 anos, há percentuais elevados daqueles que não frequentam a escola. Observa-se 8,6% em Minas Gerias; 15,4% na RMBH e 4,9% em Belo Horizonte.

O acesso aos serviços de saúde, por sua vez, efetiva-se basicamente por meio do Sistema Público, cuja presença no local de residência foi reportada por 75,6% dos moradores do Lote I. Nos domicílios investigados, 477 pessoas precisaram e procuraram os serviços de atendimento médico nos últimos seis meses antes da pesquisa (abril de 2010). Desse total, 85,1% das pessoas foram atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS); 3,6% dos entrevistados disseram que pagaram o atendimento com recursos próprios; 3,3% informaram que o plano de saúde particular cobriu os gastos; 6,7% indicaram que o atendimento foi efetuado pelo plano de saúde de empresa privada; e 1,3% utilizou plano de saúde para o servidor público. Esse resultado confirma que a atenção à saúde dos moradores dessa área de intervenção depende quase exclusivamente do SUS, pois são reduzidos os patamares de moradores que utilizam modalidades suplementares de atendimento médico.

A rede de saúde está instalada de maneira efetiva na área do Lote II, uma vez que sua presença no local de residência foi reportada por 89,8% dos moradores. Entre as pessoas que utilizaram serviços de atendimento médico, 88,6% foram atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS); 2,8% dos entrevistados disseram que pagaram o atendimento com recursos próprios; 5,5% informaram que o plano de saúde particular cobriu os gastos; 2,5% indicaram que o atendimento foi efetuado pelo plano de saúde de empresa privada; e 0,6% utilizaram plano de saúde para o servidor público.

4.2.3. Satisfação do morador

O eixo de satisfação do morador busca apreender a avaliação do morador sobre as suas condições de moradia e serviços urbanos. Nesse eixo, considerou-se um conjunto de informações sobre as percepções dos moradores quanto: (a) aos principais problemas que afetam a sua qualidade de vida; e (b) às soluções para mitigação desses problemas.

Consta que mais de 90% dos moradores do Lote I entrevistados estão muito satisfeitos ou satisfeitos com a qualidade da água no seu local de residência atual. Podemos observar também que 7% dos entrevistados estão pouco satisfeitos com a qualidade da água e apenas 1% não estão nada satisfeitos.

Conforme pode ser observado, mais de 70% dos moradores entrevistados no Lote II estão muito satisfeitos ou satisfeitos com a qualidade da água no seu local de residência atual (percentual consideravelmente menor do que no Lote I). Podemos observar também que 21,7% dos entrevistados estão pouco satisfeitos com a qualidade da água e, 6,5% não estão nada satisfeitos.

Segundo os moradores do Lote I, os principais problemas de saneamento são acúmulo de lixo nas ruas e lotes (37,3%), esgoto a céu aberto (30,1%) e existência de fossas sem tratamento (24,5%). A vinculação entre as condições sanitárias e a demanda por investimentos nessa área aponta para a consistência das percepções sobre as condições de saneamento ambiental. Como solução para esses problemas, em 46,8% dos domicílios, os moradores apontaram para a limpeza regular das ruas pela prefeitura e 33,6% para a implantação de rede coletora de esgoto.

Na região circunscrita ao Lote II, a situação é muito diferente. Segundo os moradores, os principais problemas de saneamento são existência de fossas sem tratamento (33,2%), esgoto a céu aberto (30,8%) e inexistência de água canalizada (21,2%). A vinculação entre as condições sanitárias e a demanda por investimentos nessa área aponta, mais uma vez, para a consistência das percepções sobre as condições de saneamento ambiental. Como solução para esses problemas, em 78,3% dos domicílios os moradores apontaram para a implantação de rede coletora de esgoto e de rede geral de água.

Nas entrevistas realizadas no Lote I, apurou-se que 7% dos moradores entrevistados estão muito satisfeitos com o serviço de coleta de lixo e limpeza urbana da cidade e 71,3% dos entrevistados estão satisfeitos. Ainda de acordo com esse gráfico, 15,6% julgam o serviço pouco satisfatório e 5,8%, nada satisfatório.

Os resultados mostram que 8,9% dos moradores entrevistados no Lote II estão muito satisfeitos com o serviço de coleta de lixo e limpeza urbana da cidade e 48% dos entrevistados estão satisfeitos, mostrando, ainda, que 33,9% julgam o serviço pouco satisfatório e 7,6%, nada satisfatório.

O nível de satisfação dos moradores em relação ao serviço de coleta de lixo e limpeza urbana está claramente associado à avaliação que eles fazem do serviço. A pesquisa permitiu verificar essa associação tendo como parâmetro a adequação do horário da coleta do lixo. Entre os domicílios

do Lote I que consideram o horário de coleta de lixo muito adequado (23 domicílios): 17,4% estão muito satisfeitos com o serviço de coleta de lixo e limpeza urbana de sua cidade; 60,8% estão satisfeitos; 13% estão pouco satisfeitos; e 8,7% dos moradores entrevistados que consideram o horário de coleta de lixo muito adequado não estão nada satisfeitos com o horário de coleta de lixo e limpeza urbana de sua cidade. Entre os domicílios da referida área que consideram o horário de coleta de lixo adequado (292 domicílios): 4,8% estão muito satisfeitos como o serviço de coleta de lixo e limpeza urbana; 84,9% estão satisfeitos; 7,8% estão pouco satisfeitos; e 2,4% não estão nada satisfeitos.

É clara a relação entre a frequência do serviço e o grau de satisfação do morador, também no Lote II. Entre os moradores que responderam que a coleta de lixo em seu bairro ocorre uma vez por semana: 9,1% estão muito satisfeitos com serviço de coleta de lixo e limpeza urbana da cidade, 63,6% estão satisfeitos e 22,7% estão pouco satisfeitos e 4,6% não estão nada satisfeitos. Em relação aos moradores que responderam que a coleta de lixo no bairro ocorre três vezes por semana ou mais: 12,6% estão muito satisfeitos com serviço de coleta de lixo e limpeza urbana da cidade, 53,5% estão satisfeitos, 27% estão pouco satisfeitos e 6,9% não estão nada satisfeitos. Por sua vez, todos os moradores que responderam que a coleta de lixo no bairro nunca é realizada estão insatisfeitos com o serviço de coleta de lixo e limpeza urbana na cidade.

No que diz respeito à acessibilidade do domicílio, 63,4% dos domicílios entrevistados no Lote I consideraram que o acesso ao domicílio é muito fácil ou fácil, em contraposição aos cerca de 16,5% que avaliaram que esse acesso é difícil ou muito difícil. Conforme se depreende dos dados apresentados, essa avaliação de acessibilidade ao domicílio está associada às condições das vias de acesso. Quando considerado o tipo de pavimentação da via, a avaliação positiva diminui entre os que residem em ruas com paralelepípedos (232 domicílios) ou sem pavimentação (92 domicílios), em comparação com aqueles que residem em vias asfaltadas (65 domicílios).

No Lote II, uma proporção menor de entrevistados considera que o acesso ao domicílio é muito fácil ou fácil (cerca de 45%), em contraposição aos cerca de 25% que avaliaram que esse acesso é difícil ou muito difícil.

De acordo com os dados apresentados, essa avaliação de acessibilidade ao domicílio está associada às condições das vias de acesso também nessa região. Quando considerado o tipo de pavimentação da via, a avaliação positiva diminui entre os que residem em ruas com paralelepípedos ou sem pavimentação, em comparação com aqueles que residem em vias asfaltadas.

Conforme destacado na seção sobre mobilidade, o transporte público é o principal recurso de mobilidade urbana para essa população. A avaliação dos entrevistados em relação a esse serviço é diretamente influenciada pelas condições de acessibilidade. Observou-se uma variação considerável dessa avaliação de acordo com a presença, ou não, de pontos de ônibus localizados a menos de um quilometro do domicílio do entrevistado. Apenas 37% dos domicílios investigados no Lote I consideraram que a oferta de ônibus é satisfatória ou muito satisfatória. Esse percentual é da ordem de 21% entre os que afirmaram inexistir tais pontos. Os que avaliaram de forma mais negativa a oferta deste serviço (nada satisfatória) representam 22% dos que afirmaram dispor de pontos de embarque a menos de um quilômetro da residência; e 40,3% dos que afirmaram não dispor de tais pontos de embarque nessa distância.

No Lote II, a relação entre a avaliação dos entrevistados e a presença de pontos de ônibus se mantém. Entre os que afirmaram contar com pontos de ônibus nas imediações da residência, quase 30% consideraram que a oferta de ônibus é satisfatória ou muito satisfatória. Esse percentual é da ordem de 6% entre os que afirmaram inexistir tais pontos. Os que avaliaram de forma mais negativa a oferta desse serviço (nada satisfatória) representam 62% dos que afirmaram não dispor de postos de embarque na vizinhança.

Outra informação preciosa para a análise das intervenções realizadas é a percepção que os entrevistados têm de suas moradias. Entre os domicílios do Lote I que afirmaram que a residência não atende às necessidades da família, 23,4% justificaram que o domicílio tem número insuficiente de cômodos. Para quase 28% dos domicílios, o principal motivo de a residência não atender às necessidades da família é o tamanho reduzido dos cômodos. Para 34% dos domicílios, a sua residência não atende às necessidades da família pelo mau estado de conservação, 9,6%, pela má localização, e 2,1%, pelo difícil acesso.

No Lote II, quase 64% de entrevistados consideram que sua residência atende às necessidades de sua família. Entre os moradores que afirmaram que a residência não atende às necessidades da família, 38,5% justificaram que a casa tem número insuficiente de cômodos. Para quase 23% dos entrevistados, o principal motivo de a residência não atender às necessidades da família é o tamanho reduzido dos cômodos. Também para 23% dos entrevistados, a sua residência não atende às necessidades da família pelo mau estado de conservação, 9,0%, pela má localização, e 3,3%, pelo difícil acesso.

Conforme os dados coletados no Lote I, 44,1% dos moradores entrevistados relataram o aparecimento de problemas em seu domicílio nos períodos de chuva. Enquanto isso, 55,4% não identificaram nenhum problema e 0,5% não souberam responder. Os dados indicam que, entre os domicílios entrevistados que afirmaram que existem problemas em sua residência no período de chuva, 16,8% identificam problemas relacionados à inundação e 15% reportam problemas com deslizamento de terra. Pode-se observar ainda que 8,43% dos domicílios afirmam que o principal problema são as trincas e rachaduras. A maioria dos domicílios (55,4%) identificam as infiltrações e goteiras como os problemas principais.

No Lote II, 41,8% dos domicílios entrevistados identificaram o aparecimento de problemas em seu domicílio aos períodos de chuva. Entre os moradores entrevistados que afirmaram que existem problemas em seu domicílio no período de chuva, 12,4% identificam problemas relacionados à inundação, 18,9% reportam problemas com deslizamento de terra. Pode-se observar ainda que 10,7% dos entrevistados afirmam que o principal problema são as trincas e rachaduras e 49,1% deles identificam as infiltrações e goteiras como os problemas principais.

5. Considerações finais

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal tem realizado uma série de projetos de reassentamento, urbanização e regularização fundiária na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). O objetivo deste artigo foi de apresentar os principais resultados do marco lógico e monitoramento de diferentes projetos de urbanização, executados

no âmbito do PAC, incluindo os municípios de Contagem, Vespasiano e Ribeirão das Neves. Nos municípios de Contagem e Vespasiano, os dados foram coletados no momento anterior à implementação da política (marco zero). No município de Ribeirão das Neves, os dados foram coletados no momento de implementação da política (monitoramento).

A análise dos dados coletados em 2010 permitiu traçar algumas considerações importantes sobre o público-alvo das políticas de habitação do PAC. Os dados do marco zero nos municípios de Contagem e Vespasiano tipificam as áreas como assentamentos subnormais, em face das condições limitadas de habitação dos domicílios, da precariedade do saneamento ambiental, do acesso restrito aos serviços públicos básicos, da falta de inclusão social da população beneficiária e do baixo nível socioeconômico da população. A análise de monitoramento em áreas do município de Ribeirão das Neves apontou para a focalização adequada da intervenção pública. Verificou-se que houve efeito positivo da política em diversos aspectos da qualidade de vida da população, mas os impactos de longo prazo ainda não foram alcançados pelas ações em curso.

Referências bibliográficas

- BRASIL. *COTS – Caderno de Orientação Técnico Social*. Brasília, DF: Gerência Nacional Gestão Padronização e Normas Técnicas (GEPAD), Superintendência Nacional Assistência Técnica e Desenvolvimento Sustentável (SUDES), Caixa Econômica Federal. 2009.
- BRASIL. *Matriz de indicadores para avaliação do pós-ocupação dos projetos piloto de investimento Intervenção em favelas*. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Habitação/Programa Habitar Brasil/BID, Ministério das Cidades. 2009.
- COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. *Avaliação de Projetos Sociais*. São Paulo: Vozes, 2000.
- DEHEJIA, Rajeev H; e Sadek Wahba. *Causal Effects in Nonexperimental Studies: Reevaluating the Evaluation of Training Programs*. *Journal of the American Statistical Association*, 94(448): p. 1053-1062. 1999.

- JANNUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. 3ª ed. Campinas: Editora Alínea, 2006.
- MORAES, Odair Barbosa de; e Alex Kenya Abiko. Utilização da Análise Fatorial para a Identificação de Estruturas de Interdependência de Variáveis em Estudos de Avaliação Pós-Ocupação. *XI Encontro Nacional de Tecnologia no Ambiente Construído (ENTAC)*, Florianópolis: p. 1233-1242. 2006.
- NMC Projetos e Consultoria. *Proposta Técnica da NMC para PAC Neves Lote 2*. Belo Horizonte, MG: NMC. 2008.
- PAES-SOUSA, Rômulo; e Jeni Vaitsman (Orgs.). *Metodologias e Instrumentos de Pesquisas de Avaliação de Programas do MDS: Bolsa Família, Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). 2007.
- Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves. *Edital de Concorrência Nº 002/2008: PTTS – Projeto de Trabalho Técnico Social*. Ribeirão das Neves, MG: Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves. 2008.
- ROCHA, Sonia; e Ria Ellwanger. *Linhas de pobreza: alternativas metodológicas a partir de estruturas de consumo observadas*. Planejamento e Políticas Públicas, 9. p. 227–244. 1993.
- ROCHA, Sonia. *Poverty under inflation*. In: OYEN, E. *Poverty – a global review*. Oslo: Scandinavian University Press. 1996.
- ROCHA, Sonia. *Renda e pobreza: medidas per capita versus adulto-equivalente*. *Texto para discussão*, 609. Rio de Janeiro: IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/tdo609.pdf>. Acesso em: agosto de 2008.
- ROCHA, Sonia. *Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e pobreza no Brasil*. *Texto para discussão*, 720. Rio de Janeiro: IPEA. (Disponível em agosto de 2008: http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/tdo720.pdf). 2000.
- ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* 3. ed. Rio de Janeiro: FGV. 2006.

- ROMÉRO, Marcelo de Andrade; e Sheila Walbe Ornstein. *Avaliação Pós-Ocupação: Métodos e Técnicas Aplicados à Habitação Social*. Porto Alegre: Coleção HABITARE/FINEP. 2003.
- SKOUFIAS, Emmanuel. *PROGRESA and its Impacts on the Human Capital and Welfare of Households in Rural Mexico: A Synthesis of the Results of an Evaluation by IFPRI*. International Food Policy Research Institute (IFPRI). 2001.
- TRIOLA, Mario F. *Introdução à Estatística*. 10^a ed., Rio de Janeiro: LTC. 2008.
- UN-Habitat. *Global Report on Human Settlements: Planning Sustainable Cities: policy orientations*. United Nations Human Settlements Programme. 2009.

Sobre os organizadores e autores

Ernesto Friedrich de Lima Amaral (eflamaral@gmail.com)

Professor Adjunto do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) de 2009 a 2014. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (UFG) (1999), mestrado em Demografia pela UFMG (2002), doutorado em Sociologia pela University of Texas at Austin (2007) e pós-doutorado em Demografia pela UFMG (2008). Trabalhou na Fundação João Pinheiro do Governo de Minas Gerais na avaliação de políticas públicas (2008-2009). Seus interesses de pesquisa incluem demografia social, sociologia econômica, avaliação de políticas públicas e metodologia quantitativa.

Guilherme Quaresma Gonçalves (gui.quaresma89@gmail.com)

Mestrando em Ciência Política no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisador do Centro de Pesquisas Quantitativas em Ciências Sociais (CPEQS) desde 2013. Possui graduação em Gestão Pública (2012) pela UFMG. Trabalhou no Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento de Minas Gerais – Herkenhoff & Prates Consultoria (2012). Seus interesses de pesquisa incluem avaliação de políticas públicas, demografia social e cultura política.

Samantha Haussmann Rodarte Faustino (samantha.haussmann@hotmail.com)

Graduada em Gestão Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (janeiro/2014). Bolsista de Apoio Técnico à Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Trabalhou com avaliação e monitoramento de políticas públicas no Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento de Minas Gerais – Herkenhoff & Prates Consultoria (2013). Foi assistente administrativo da Prefeitura de Belo Horizonte (2011-2013). Seus interesses incluem demografia social, educação, avaliação e monitoramento de políticas públicas, políticas de transferência condicionada de renda, em especial o Programa Bolsa Família.

Alan Vítor Coelho Neves (alanvcn@yahoo.com.br)

Mestrando em Demografia no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Ciências Sociais pela UFMG (2011). Trabalhou como professor de Sociologia no Ensino Médio na rede pública estadual de Minas Gerais (2012) e como sociólogo na Gerência de Coordenação Municipal de Programas de Transferência de Renda da Secretaria Municipal de Políticas Sociais da Prefeitura de Belo Horizonte em avaliação de políticas públicas (2012-2013). Seus interesses de pesquisa incluem demografia, educação, estudos sobre inclusão social e avaliação de políticas públicas.

André Braz Golgher (agolgher@cedeplar.ufmg.br)

Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas e do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Física pela UFMG, especialização em Física pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mestrado em Química Orgânica pela UFMG, doutorado em Demografia pela UFMG e pós-doutorado em Economia/Econometria Espacial pela West Virginia University e University of North Carolina at Chapel Hill. Seus interesses de pesquisa incluem econometria espacial, pobreza multidimensional, economia da educação, economia da felicidade e métodos quantitativos em economia.

Bárbara Avelar Gontijo (barbaraavgo@gmail.com)

Mestranda em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Ciências Sociais pela UFMG (2011). Seus interesses de pesquisa incluem demografia formal, demografia social e avaliação de políticas públicas.

Dandara Bispo Pimenta (dandarapimenta@hotmail.com)

Assistente em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) desde 2013. Possui graduação em Gestão Pública pela UFMG (2013). Trabalhou no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no Censo Demográfico de 2010 como Supervisora de Agente Censitário. Fez estágio

no Centro de Apoio à Educação a Distância (2011-2013). Seus interesses de pesquisa incluem o programa da Universidade Aberta do Brasil (UAB) em seus aspectos avaliativos e evolutivos.

Daniete Fernandes Rocha (daniet@terra.com.br)

Professora da Faculdade de Estudos Administrativos (FEAD) em Belo Horizonte. Possui graduação em Ciências Econômicas (1982), mestrado em Sociologia (1995) e doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política (2010) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi membro do Laboratório de Pesquisa em Sociologia do Trabalho do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG. É membro de grupo de pesquisa na área de Segurança Alimentar e Nutricional (UENF). Seus interesses de pesquisa incluem: sociologia e economia, com ênfase em mercado de trabalho rural, estratificação/desigualdade social, políticas públicas, gestão/gestão pública.

Fábio César Araújo Costa (fabiogp31@gmail.com)

Assistente Administrativo na Prefeitura de Belo Horizonte. Graduando em Gestão Pública na Universidade Federal de Minas Gerais desde 2010. Trabalhou no Programa Escola Aberta da Prefeitura de Belo Horizonte (2009-2010), no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Vila Coqueiral (2010), na Gerência Regional de Educação da Prefeitura de Belo Horizonte (2011). Seus interesses de pesquisa incluem políticas públicas nas áreas da educação, assistência social e de transferência de renda.

Fabricia de Almeida Costa (fabriciaacosta@gmail.com)

Supervisora Técnica na Empresa Pólis Pesquisa Ltda. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2012). Seus interesses de pesquisas incluem políticas públicas, metodologias quantitativa e qualitativa aplicadas às ciências sociais e sociologia da educação.

Florence Fiuza de Carvalho (florencefiuza@gmail.com)

Empreendedora pública do Governo do Estado de Minas Gerais. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2006) e mestrado em Sociologia pela UFMG (2011). Seus interes-

ses de pesquisa incluem sociologia, com ênfase em desigualdades sociais, estratificação social e mercado de trabalho.

Gabriel Ávila Casalecchi (gacasalecchi@yahoo.com.br)

Doutorando em Ciência Política no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) (2010) e mestrado em Ciência Política pela UFMG. Seus interesses de pesquisa incluem comportamento político, cultura política, socialização política e confiança nas instituições.

Guilherme Andrade Silveira (guilherme1313@gmail.com)

Graduando em Gestão Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e estagiário no Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento de Minas Gerais – Herkenhoff & Prates Consultoria. Seus interesses de pesquisa incluem pós-colonialismo, democracia, multiculturalismo, heteronormatividade e diversidade sexual.

Iara Lima Vianna (iaravianna18@hotmail.com)

Mestranda em Ciência Política no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Ciências Sociais e Formação Complementar em Estatística pela UFMG (2010) e Pós-Graduação *Lato Sensu* em Administração Pública na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) (2012). Trabalhou como Analista de Pesquisa no Instituto Vetor Pesquisas em Cuiabá (2010- 2012). Seus interesses de pesquisa incluem metodologia de pesquisa, políticas públicas, democracia digital e governo eletrônico.

Isabella Rafael Horta Londe (bellarhlonde@gmail.com)

Graduanda em Gestão Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Desde 2011, é estagiária da equipe da Auditoria Setorial da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais. Seus interesses de pesquisa incluem teorias democráticas e desenvolvimento econômico, avaliação de políticas públicas e gestão de tecnologias da informação no setor público.

Jorge Alexandre Barbosa Neves (jorgeaneves@gmail.com)

Professor Associado do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Ciências Sociais (1988) e mestrado em Sociologia (1991) pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e doutorado em Sociologia pela University of Wisconsin-Madison (1997). Realizou pós-doutorado no Instituto de Pesquisas Sociais (INPSO) da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) (1997). Seus interesses de pesquisa incluem sociologia, economia, análise organizacional, gestão pública, estudos populacionais e métodos quantitativos, com ênfase em mercado de trabalho, desigualdades sociais, processos organizacionais e políticas públicas.

Magna Maria Inácio (magna.inacio@gmail.com)

Professora Associada do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) (1990), especialização em Ciência Política, Análise Política, Teoria e Método pela UFMG (1994), doutorado em Ciência Política pela UFMG (2006) e pós-doutorado pela University of Oxford (2012). Seus interesses de pesquisa incluem democracia, poder legislativo, relação executivo-legislativo, governos de coalizão e presidência, com foco no Brasil e em perspectiva comparada.

Mario Fuks (mariofuks@uol.com.br)

Professor Associado do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (1983), mestrado em Política de Ciência e Tecnologia pela UFRJ (1990) e doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) (1997). Seus interesses de pesquisa incluem ciência política, com ênfase em estudos do poder local, conselhos, meio ambiente, participação política, cultura política e legislativo.

Natália Almeida Fares Menhem (natalia.sukita@gmail.com)

Proprietária da empresa Sustenta Projetos Socioeconômicos desde 2012, organizadora do TEDx BeloHorizonte e embaixadora do TEDx no Brasil.

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Trabalhou na Limiar Engenharia Ambiental. Seus interesses de pesquisa incluem mobilização e inovação social, principalmente por meio de empreendedorismo de impacto.

Pedro Cisalpino Pinheiro (pedrocisalpino@gmail.com)


Especialista em políticas e gestão de saúde da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais desde 2007 e graduando em Gestão Pública na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Comunicação Social (Publicidade e Propaganda) pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (2005). Seus interesses de pesquisa incluem saúde pública, demografia, saúde e avaliação de políticas públicas.

FINO TRAÇO



EDITORIA

PRODUÇÃO EDITORIAL: Lilian Lopes
CAPA E DIAGRAMAÇÃO: Aline Vasconcelos
REVISÃO DE TEXTOS: Pedro Furtado
REVISÃO DE PROVAS: Cláudia Rajão




A busca pelos resultados das políticas públicas é uma questão vital para o exercício da gestão, por ser ao mesmo tempo a demonstração do acerto ou não de uma determinada decisão e uma prestação de contas do uso dos recursos públicos. Por isso, a existência de práticas de avaliação rotineiras é condição necessária para a prática da boa gestão pública.

Durante os últimos quinze anos, tempo em que tenho me envolvido em avaliação de políticas públicas, seja como avaliador, acadêmico e ultimamente dentro da burocracia federal, tenho acompanhado a evolução do campo de estudos e visto o quanto ele tem se desenvolvido e despertado interesse no Brasil.

O uso de técnicas estatísticas avançadas, que possibilitem maior segurança e qualidade nos resultados das políticas tem se disseminado menos do que o desejado, e se tornado um campo de expertise muito insulado dentro da academia e pouco difundido entre os *practitioners* das políticas públicas.

Além de ser de grande valor para o campo de estudos pelas técnicas que utiliza, o livro também traz várias fontes de dados e níveis de análise para medir os efeitos das políticas.



São usados tanto levantamentos primários quanto secundários, vários deles abertos e de livre uso e manipulação. O uso dessas bases de dados e registros administrativos são uma prática ainda pouco difundida de avaliação de políticas, embora a qualidade e facilidade de seu uso tenha aumentado a frequência de trabalhos que se utilizam desse material.

O que faz do livro uma leitura essencial tanto para acadêmicos quanto para profissionais de governo é a soma dessas características. A iniciativa dos organizadores, ao selecionar trabalhos de alto grau de qualidade técnica, faz de Aplicações de técnicas avançadas de avaliação de políticas públicas um livro que não pode faltar na formação de quem lida com políticas públicas.

Flávio Cireno

Coordenador Geral de Integração e Análise de Informações, Departamento de Condicionalidades, Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

O padrão ouro na avaliação de políticas públicas é o experimento aleatório, desenhado antes da implementação de uma dada política, com coleta de dados antes e depois da mesma. Esta metodologia, livre de vieses, apresenta duas deficiências cruciais. Primeiro, possui uma implementação cara. Segundo, sofre de grande resistência por parte dos gestores públicos, que têm dificuldade em aceitar o sorteio de quem será beneficiado por sua política. Quando o método experimental não pode ser aplicado, então os avaliadores devem ser criativos e se contentar com as imperfeições dos vários métodos de natureza quase-experimental. O livro *Aplicações de técnicas avançadas de avaliação de políticas públicas*, organizado por Ernesto Amaral, Guilherme Quaresma e Samantha Hausmann, apresenta vários casos em que esta criatividade é colocada à prova, avaliando diferentes políticas com diversas técnicas de análise observacional (não-experimental). O livro traz um belo elenco de casos e reflete a trajetória de ensino e pesquisa de um excelente acadêmico e seus orientandos.

Eduardo Luiz Gonçalves Rios-Neto

Professor Titular do Departamento de Demografia e Pesquisador do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

CPEQS

Centro de Pesquisas
Quantitativas em
Ciências Sociais

UFMG

CNPq

Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



FAPEMIG

trabalho ^{coleção} & desigualdade

ISBN 978-85-8054-215-8



9 788580 542158 >